

# *Filosofazer*

Revista de Filosofia, Ano XXI, N° 41, Jul./Dez. 2012



**INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA BERTHIER – IFIBE**  
**Mantido pelo Instituto da Sagrada Família**

Filosofazer  
Revista Semestral  
Filosofia e Ciências Humanas  
Órgão de Divulgação do Instituto Superior de Filosofia Berthier

**Conselho Diretor do IFIBE**

Diretor Geral: José André da Costa  
Diretor Pedagógico: Paulo César Carbonari  
Diretor Administrativo: Iltomar Siviero  
Vice-Diretor Pedagógico: Valdevir Both  
Vice-Diretor Administrativo: Moacir Filipin

**Coordenação Editorial**

Prof. Ddo. Paulo César Carbonari  
Prof. Ddo. Valdevir Both

**Conselho Editorial**

Dr. Antônio Carlos Wolkmer (UFSC); Dr. Antônio Sidekum (Nova Harmonia);  
Dr. Arnaldo Uhlmann (PUCRS); Me. Bertilo Brod (IFIBE);  
Dr. Castor M. M. Bartolomé Ruiz (UNISINOS); Dra. Cecília Maria P. Pires (UNISINOS);  
Dr. Eduardo Luft (PUCRS); Dr. Ernildo Stein (PUCRS); Me. Euclides Mance (IFIL);  
Dr. Hans-Georg Flickinger (UKassel/PUCRS); Dr. Jayme Paviani (UCS);  
Dr. João Alberto Wohlfart (IFIBE); Dr. José André da Costa (IFIBE);  
Dr. José Nicolau Heck (UCG/UFG); Ddo. Júlio César Werlang (IFIBE);  
Dr. Júlio Wiggers (UFSC); Dr. Marcelo Fabri (UFSM);  
Dr. Manoel Araújo de Oliveira (UFC); Ddo. Paulo César Carbonari (IFIBE);  
Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS); Dr. Robinson dos Santos (UFPel);  
Me. Roque Zimmermann (IFIBE/UEPG); Dr. Sérgio Sardi (PUCRS)

**Projeto gráfico, revisão técnica**

Diego Ecker

**Diagramação**

Wanduir R. Sausen

**Endereço**

Instituto Superior de Filosofia Berthier  
Biblioteca Elli Benincá  
Rua Senador Pinheiro, 350  
99070-220 – Passo Fundo/RS – Brasil  
Tel/Fax.: (54) 3045 3277

E-mail: filosofazer@ifibe.edu.br - www.ifibe.edu.br  
Normas para Colaboradores: <http://www.ifibe.edu.br/filosofazer>

**Filosofazer**  
**Revista do Instituto Superior de Filosofia Berthier**

---

FILOSOFAZER / Instituto Superior de Filosofia Berthier. –

Vol. 1 , n.1 (1992)– Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier.

v. : il. ; 22 cm.

Semestral

ISSN 1413-4675

1. Filosofia – Periódicos I. Instituto Superior de Filosofia Berthier

CDU: 1

---

Ficha catalográfica elaborada por Ana Cristina Prates CRB10/1499

Aceita-se Permuta - We Ask Exchange

Periódico indexado em:

Sumários Correntes Brasileiros – IBICT/MCT

Latindex

Assinatura e Permuta/ Subscription and Exchange

Instituto Superior de Filosofia Berthier

Biblioteca Berthier

Rua Senador Pinheiro, 350

99070-220 – Passo Fundo/RS – Brasil

Tel/Fax.: (54) 3045 3277

E-mail: filosofazer@ifibe.edu.br

<http://www.ifibe.edu.br>

Assinatura Anual: R\$ 30,00

Assinatura Semestral: RS 15,00

Número Avulso: R\$ 10,00

# sumário

**Apresentação / 7**

**Abertura**

**Agenda para um Diálogo Inter-filosófico Sul-Sul / 11**

*Enrique Dussel*

**Artigos**

**Franz Rosenzweig:**

novο pensamento, nova filosofia / 31

*Oneide Perius*

**Notas sobre o documento final da “Rio + 20”  
e a educação ambiental em perspectiva ecomunitarista / 43**

*Sirio Lopez Velasco*

**Concepção hegeliana de história da filosofia / 65**

*João Alberto Wohlfart*

**A vontade geral proposta por Rousseau e a crítica  
hegeliana a esta ideia / 93**

*Luciana Coletti*

**Aspectos fundamentais da obra *A condição humana*  
de Hannah Arendt / 111**

*Marciano Guerra*

**Experiência e historicidade como base da compreensão da  
hermenêutica filosófica em *Verdade e Método* / 131**

*Lionara Fusari*

**Arena de debates**

**A concepção ocidental de corporeidade:**  
uma abordagem crítica das relações de gênero  
e étnico-raciais da cultura brasileira / 149

*Ana Lucia Kapczynski*

**O conhecimento científico na modernidade:**  
configuração, perigos e indicativos de um conhecimento  
que precisa se conhecer / 163

*Elias Fochesatto*

**Abstracts / 177**

**Informações bibliográficas / 181**

## Agenda para um Diálogo Inter-filosófico Sul-Sul

*Enrique Dussel\**

O diálogo intercultural que vem sendo cultivado desde o começo do século XXI como uma prioridade cultural e política deve ser fundado epistemológica e ontologicamente num diálogo inter-filosófico mundial. Entretanto, havendo uma desproporção no exercício do poder (cultural, político, econômico, militar, racial, de gênero, etc.) do Norte (principalmente da Europa e Estados Unidos, porém não somente) sobre o Sul (o antigo mundo colonial estruturado desde o século XVI e agravado desde a Revolução Industrial na América Latina, África bantú, no mundo árabe-muçulmano, Sudeste asiático e Índia, e China que, mesmo não sendo colônia, sofreu os embates do Ocidente desde o século XIX), faz-se necessário primeiramente que as comunidades pós-coloniais estabeleçam diálogos inter-filosóficos entre si. Isto também porque a filosofia moderna ocidental decretou a inexistência como filosofia *estrита* de todo o exercício filosófico nos países que suportaram o colonialismo das metrópoles europeias. É necessário, então, que os filósofos do

---

\* Filósofo argentino radicado no México, professor emérito da UAM-Iztapalapa, uma das principais referências da Filosofia da Libertação. Autor de vários livros, particularmente *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão* (Vozes, 2000). Conferência realizada no I Diálogo Inter-filosófico Sul-Sul organizado pela UNESCO (Rabat, Marrocos, em junho de 2012). Artigo gentilmente enviado pelo autor. Traduzido por Paulo César Carbonari (IFIBE).

Sul se reúnam tendo em conta sua própria existência e tendo em conta as tradições que cultivaram na filosofia regional desde sua origem, especialmente a partir do século XVI no qual começa a hegemonia europeia, a fim de poder esclarecer posições, desenvolver hipóteses de trabalho e poder, posteriormente, entabular um diálogo inter-filosófico fecundo Sul-Norte, com uma *agenda* bem estabelecida previamente pelas filosofias dos países chamados periféricos, subdesenvolvidos e que podem muito bem entenderem-se a si mesmos como explorados por um capitalismo colonialista que hoje se globaliza e está em crise.

Desejamos expor nossas opiniões como simples teses que podem servir para o diálogo, para ser falseadas pelo debate, a fim de que se alcance um consenso sobre os temas centrais, prioritários e, por hierarquia de importância, se os enfrente em futuros diálogos mais específicos, os quais também se possam levar a cabo no exercício docente da filosofia nas escolas secundárias, universidades, institutos, nos quais se geram novas hipóteses de trabalho e projetos de pesquisa inovadores a partir deste novo paradigma filosófico.

### **§ 1. Sentido de uma agenda de temas filosóficos a ser discutidos no diálogo Sul-Sul**

Penso que, em primeiro lugar, para que no futuro se possa realizar um diálogo fecundo é necessário que um grupo de filósofos críticos do Sul, não daqueles que somente ensinam ou comentam os filósofos do Norte, discutam profundamente e com tempo suficiente quais são os problemas, os temas, as hipóteses de reflexão aos quais deveriam dedicar-se no futuro. Abordariam cada um dos temas ou hipóteses fundamentais em cada um dos encontros, conforme a ordem que tivessem acordado, a fim de aprofundar em comunidade de diálogo e chegar a consensos que permitam ir elaborando um acordo mínimo, suficiente e necessário para uma filosofia futura que seja planetária (não somente do Sul, senão que igualmente no Norte).

Para alcançar um tal consenso (e sua importância), ter-se-ia que discutir cuidadosamente quais são os temas mais relevantes. Isto já supõe uma reflexão filosófica crítica que serviria para inaugurar o ponto zero do diálogo. Num primeiro encontro não se teria que discutir um



tema específico, senão que se teria que refletir sobre o sentido da situação da filosofia pós-colonial atual, as causas de sua prostração, de sua pretensa inexistência, de sua aparente infecundidade, de sua invisibilidade ante os olhos dos próprios filósofos da chamada periferia. Por que se chegou a esta situação? Como reverter essa aparente inexistência das filosofias regionais do Sul? Quais são os temas que devem ser estudados e em que ordem? Como em outras regiões pós-coloniais ou do Sul, as histórias de nossas filosofias regionais, algumas das quais datam de séculos (e até milênios), apenas começaram a ser escritas ou vão se renovando com novos critérios. Faz tempo que a história de *nossas* filosofias deixou de ser o centro da formação de *nossos* estudantes universitários de filosofia. Isto porque, simplesmente aplicávamos os planos de estudo vigentes nas universidades europeias ou norte-americanas (neste último caso depois da chamada Segunda Guerra Mundial). Isto manifesta um nefasto estado de coisas, fruto de um colonialismo cultural que deve ser enfrentado.

Discutir a ordem dos *fatores que impedem o desenvolvimento de nossas filosofias regionais do Sul* deve ser o primeiro tema da agenda e que deve ser abordado com a plena consciência de sua importância.

## § 2. A modernidade metropolitana e os mundos coloniais

Toda a filosofia foi sempre inevitavelmente etnocêntrica (a chinesa, hindu, grega, romana, árabe, ameríndia, etc.), já que, a partir de uma certa ingenuidade ontológica, considerava a seu próprio mundo (sua totalidade cultural como compreensão de sentido da existência humana) como o centro em torno do qual girava a humanidade. Esse etnocentrismo era empiricamente local, regional. Mesmo o vasto império chinês, que sempre teve a si mesmo como o “centro” do universo, não deixava de ser particular e tinha uma obscura consciência de que havia ao seu redor, perto e longe, outros povos que, se julgava como inferiores, não deixavam sua consciência de todo tranquila, porque suspeitava que o conhecimento era limitado e que uma imensa exterioridade ignorante, deixada nas trevas e no tenebroso do inexplorado, podia irromper a qualquer momento. Relatos de viajantes esporádicos contavam aventuras em regiões desconhecidas aos quais não se dava muito crédito,

porém, de todo modo, alimentavam essa consciência nunca de todo clara de que os chineses estariam rodeados por fantasmas, seres monstruosos, abismos insondáveis – muito parecido com o modo como os europeus sitiados pelo mundo árabe-muçulmano na por eles chamada Idade Média representavam o Atlântico.

O etnocentrismo tradicional alcançou pela primeira vez na história da humanidade, como veremos, os confins do próprio Planeta e começou a se espalhar em torno da terra em pleno século XV de nossa era. Os chineses, os portugueses e os espanhóis deram a volta ao redor do planeta por meio da navegação amplamente desenvolvida e puderam converter o etnocentrismo meramente *particular* num etnocentrismo *mundial*. Trata-se primeiro da expansão *moderna* da Europa mediterrânea e, posteriormente, da Europa do Norte e o início do fenômeno que hoje denominamos a globalização.

A modernidade europeia surge simultaneamente graças à centralidade mercantil do Atlântico norte (que deixa para trás o Mediterrâneo), ao fenômeno do capitalismo que, em sua primeira etapa mercantilista, acumula dinheiro (que se tornará capital), ao eurocentrismo e à revolução científico-tecnológica. Também nasce uma filosofia *moderna* que dará a si mesma o privilégio de ser o único desenvolvimento da razão humana sobre os relatos míticos (e com eles desacredita todas as religiões universais e particulares do Sul). Esta filosofia não somente tem a pretensão de ser universal, planetária, expressão da razão humana como tal, senão que, ao mesmo tempo, valoriza as outras filosofias regionais do Sul (chinesa, hindu, árabe, latino-americana, etc.) como “atrasadas”, ingênuas, particulares. Toda a sua argumentação (iniciada já no final do século XV no choque cultural no qual consistiu a conquista do mar do Caribe pela Espanha) se concentra em mostrar a superioridade da civilização europeia e, pouco a pouco, de sua filosofia. Junto com a ocupação militar, isto levará à destruição das rotas comerciais anteriores, ao desenvolvimento posterior da Europa e impedirá que outras culturas explicitem uma nova perspectiva da história mundial que a origem do *sistema-mundo* inaugurava. As culturas coloniais pretenderam se defender repetindo o valor de suas glórias passadas, porém não puderam dar conta dos novos acontecimentos e nem poderiam criar argumentos contra esta pretensa superioridade. Foram de fato como que atropeladas pelos acontecimentos e não puderam enfrentar durante séculos a nova filosofia europeia.

Este panorama não deve ser exagerado porque, na realidade, houve alguma criatividade em todas as regiões do Sul, porém não serão recolhidas em histórias regionais das filosofias comparadas com o avanço da moderna filosofia europeia que, desde Descartes, terá indiscutível hegemonia inclusive entre as elites coloniais.

Um certo tipo de julgamento histórico se espalhou na periferia. No Sul se praticava um discurso filosófico com figuras localmente importantes, porém, como compará-las ao pensamento de Kant, Hegel, Nietzsche, Heidegger, Sartre ou Carnap? A pergunta era mal formulada, por isso a resposta era parcial e encobridora. Na América Latina se disse até há pouco: “Não existe uma filosofia latino-americana!”, se por filosofia se entende a prática desse discurso teórico tal como o que foi feito pela moderna filosofia europeia. Certamente há numerosos filósofos e correntes filosóficas que fundamentaram processos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos e que interpretaram o sentido da vida de nossa região cultural latino-americana. Todavia, tiveram reconhecimento regional e próprio de uma cultura periférica, não tiveram o reconhecimento global.

Então, é necessário refletir detidamente sobre as causas que produziram o eclipse das filosofias do Sul a fim de ter clara consciência dos fatores negativos que devem ser superados para hoje poder empreender o crescimento das filosofias do mundo pós-colonial, periférico e dominado por metrópoles europeias, cuja dominação não foi somente militar, econômica e política, mas também ideológica, cultural e, em seu fundamento, *filosófica*.

### § 3. A expansão econômico-tecnológica colonial

No final do século XV a Europa se encontrava completamente limitada e sitiada pelos muros do Império Otomano. Os muçulmanos sitiaram Viena até boa parte do século XVII e desocuparam Granada (a última região expoente do esplendor do antigo Califado de Córdoba) em janeiro de 1492. A Europa latino-germânica (não a bizantina ou a oriental) periférica, subdesenvolvida, encurralada pelo mundo islâmico, não podia conectar-se com o “mundo antigo” (o “*old world*” de Adam Smith) senão que pelos portos das cidades italianas que dominavam o

tráfego do Mediterrâneo oriental e, daí, pelo Egito fatimita ou a Síria antioquenha, faziam contato com Bagdá ou com as caravanas que chegavam até a China pelos desertos do Norte e à Índia por Kabul, ou também ao norte do Mar Negro até Constantinopla ou pelo Mar Vermelho ou pelo Golfo Pérsico até o Hindustão e o mar da China. A Europa sitiada e obscura (a denominada<sup>1</sup> “Idade Média”) só poderia se desbloquear do seu isolamento pelo Norte (e será o principado de Moscou que mergulhará na Sibéria e chegará ao Pacífico no começo do século XVII) ou pelo Ocidente: por Portugal e Espanha. O descobrimento da caravela, em 1441, o lento domínio dos Oceanos graças aos mapas chineses do Atlântico e do Pacífico, a bússola e outros instrumentos também chineses (a China tinha um avanço de mais de quatro séculos comparada com a tecnologia, a ciência e a astronomia da Europa medieval), permitiu descobrir e manejar (*manage*) o que foi nomeado como Oceano Atlântico, que se converterá no centro geopolítico da modernidade europeia. O desenvolvimento da tecnologia militar e de navegação permitirá que Portugal se torne dono das rotas comerciais oceânicas da África, do Oceano Índico, da Índia, de Malaka e de outras costas da China e do Japão. A Espanha instalará sobre os povos originários (mesoamericanos, Incas, Tupis, Guaranis, etc.) o *primeiro colonialismo europeu continental* na América Latina que se prolongará por três séculos (do final do século XV até o começo do século XIX aproximadamente).

Devido ao desenvolvimento da estratégia e da tecnologia militar dos europeus em comparação com aquela das culturas da América Latina, esta expansão instalará na primeira modernidade nascente<sup>2</sup> um sistema econômico capitalista mercantil-monetário de extração de prata, ouro e produtos coloniais mediante a desumana dominação dos indígenas americanos e da *slave trade* (negócio escravocrata) que envolverá a África ocidental num triângulo de morte: África-América Latina-Europa. Armas eram transportadas da Europa para a África; dali, escravos até a América Latina (e posteriormente ao sul das colônias inglesas na

---

1 Nome de uma idade histórica que só é válida para a Europa. O mundo islâmico viveu seu esplendor urbano e mercantil na Idade Média europeia.

2 A segunda *Modernidade nascente* será hegemônica pela Holanda, a terceira pela Inglaterra, para passar à *Modernidade madura* graças à Revolução Industrial, iniciada no Vale do Rio Amarelo, na China, definitivamente florescente no Reino Unido no final do século XVIII.

América), cuja venda permitia obter prata e ouro (dinheiro) e produtos tropicais (açúcar, cacau, tabaco, etc.) que eram vendidos na Europa ou eram acumulados em seus bancos. Era o período da “acumulação primitiva”. Posteriormente holandeses, ingleses, franceses e dinamarqueses chegaram à Índia e à Ásia e então o comércio capitalista centrado na Europa ganhará dimensão mundial.

O trágico da constituição de um *sistema-mundo* econômico capitalista é que o mundo colonial será interpretado como habitado por seres humanos que podem ser explorados, de segunda categoria (antropológica, ontológica e ético-política, como veremos). Eram sub-humanos aos quais a civilização europeia lhes concedia alguma humanidade ao mesmo tempo em que os dominava. A colonização era interpretada desde a Europa como um dom: o dom da humanização. Esta ideologia, junto com todas as ideologias modernas, reinou até o presente.

#### § 4. A expansão político-militar colonial

A expansão econômica (o sistema mercantil capitalista na fazenda e a mita latino-americanas, a escravidão africana, o comércio até a Guerra do Ópio com o extremo Oriente) sempre foi antecedida por uma agressão político-militar. Uma Vontade de Poder etnocêntrica organizou exércitos de ocupação que, quando tiveram vantagens tecnológico-estratégicas dominaram as estruturas políticas de poder instaladas, sejam elas reinos ou grupos étnicos na América (desde o final do século XV), na África e na Ásia (continentalmente desde o final do século XVIII). Os modernos Estados nascentes (na Espanha, Portugal, nas Províncias Unidas da Holanda, na Inglaterra, na França, na Dinamarca, etc.) foram desde sua origem: a) *crístandades* (os reis dominavam suas igrejas);<sup>3</sup> b) *coloniais*; c) *mercantil-capitalistas* e; d) *eurocênicas* (todos estes adjetivos se predicam simultaneamente).

A *colonialidade do poder*<sup>4</sup> metropolitano europeu das chamadas potências metropolitanas exerceu uma dominação de diversos tipos sobre suas colônias dependentes. O rei europeu de cada uma das potências

3 Veja-se o conceito de “Cristandade” em minha obra *Política de la Liberación* (Madrid: Trotta, 2007, § 4.2 [39ss], p. 79ss); e em Karl Loewith, *Von Hegel zu Nietzsche* [Stuttgart: Kohlhammer, 1964, II parte, cap. 5].

4 Conceito cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano.

metropolitanas exercia um poder político monopólico e inquestionável sobre todos os súditos coloniais. A colonização dos membros das comunidades coloniais os impedia de serem propriamente cidadãos. Eles não eram sujeitos de direitos políticos ou de direitos humanos equivalentes aos direitos dos sujeitos europeus metropolitanos. Para a Europa (em razão da concepção europeia do direito que Carl Schmitt descreve adequadamente sem descobrir seu eurocentrismo), não era contraditório que a Revolução Francesa promulgasse a lista dos direitos humanos universais<sup>5</sup> e, ao mesmo tempo, estipulasse o *Code noir*, válido para a colônia no Haiti, com os deveres dos escravos no Caribe. Esses escravos, por evidente, não eram considerados *humanos* e nem sujeitos dos novos direitos *humanos universais* proclamados pela revolução metropolitana burguesa e colonialista na França (que interpretava redutivamente como *iguais, fraternos e livres* os cidadãos metropolitanos e como *desiguais, dominados e escravos os não-humanos* do Sul).<sup>6</sup>

Os países metropolitanos europeus contaram com instituições políticas que se ocupavam dos problemas de ultramar (o *Conselho de Índias*, instituído na Espanha no começo do século XVI). Estas instituições político-militares se encarregavam de *vigiar*, e *punir* em seus defeitos, a extração de riquezas das regiões coloniais sem ter em conta qualquer reciprocidade com respeito ao trabalhador colonial (indígena que trabalha gratuitamente, escravos ou mestiços explorados). Não se tratava de um intercâmbio comercial simétrico (que ocorreria quando se pagasse o valor equivalente da mercadoria transportada ao centro). Era simplesmente um roubo do valor de troca expropriado graças à presença de um poder militar que impedia ao mundo colonial de pedir um pagamento justo pela extração da riqueza do Sul. A violenta coerção militar garantia o roubo econômico, que não era considerado endividamento do centro metropolitano com as colônias e nem mereceria o justo pagamento dos interesses, senão que era apropriação direta do bem alheio por um pretense direito de conquista que sempre foi somente a imposição pela

---

5 Ou seja, da “universalidade” de tais direitos se excluía os sujeitos coloniais: era uma particularidade com pretensão de universalidade, ou uma universalidade ideológica efetivamente particular e excludente da humanidade colonial, tema da filosofia política do Sul que não foi tratado nem por Hobbes, Locke, Hume, etc.

6 A *não-humanidade* dos seres humanos do Sul ou das regiões pós-coloniais chega até nossos dias. Os civis mortos no Iraque e no Afeganistão não contam *tanto* como os *boys* que perdem sua vida na agressão.

força militar. J. Habermas indica com razão que todo consenso deve ser alcançado pela participação racional simétrica dos afetados: o colonialismo político fez a imposição assimétrica pela força não de um consenso racional, mas da *Vontade de Poder* irracional do centro sobre a periferia. Hoje os filósofos do centro falam de direitos, de simetria, de democracia (e até criticam as guerras que no presente são feitas “para implantar a democracia” em países atrasados do Sul) sem antes ter reconhecido os cinco séculos de violência político-militar colonial irracional e anti-democrática.

A filosofia política do Sul deve hoje novamente pensar toda a tradição filosófica desde Hobbes e Locke até a Escola de Frankfurt, C. Schmitt, A. Badiou e G. Agamben, para indicar alguns que não podem superar o eurocentrismo que acompanhou sempre a expansão política moderna da Europa e hoje também dos Estados Unidos.

## § 5. A justificação ontológico-filosófica colonial

A práxis colonial contou desde o começo (e aí começa a filosofia moderna europeia que tem pretensões de universalidade, infelizmente, uma pretensão aceita pela maioria dos membros da academia filosófica do Sul) com uma justificação filosófica. Essa justificação era de caráter antropológico (o ser humano europeu era superior ao do Sul, como na interpretação de Gunés de Sepúlveda, em sua releitura de Aristóteles, no século XVI, ou de I. Kant, no século XVIII, com fundamentação nos climas da Terra), histórica (a Europa era “o centro e o fim da história universal”, por exemplo, em Hegel), ética (inclusão dos povos americanos, africanos e asiáticos na cultura europeia pela imposição de uma visão de ética não convencional, individualista, racionalmente argumentada, universal e não meramente particular como nas culturas do Sul), etc. e que comprovava a legitimidade do colonialismo.

A fundamentação última, porém, foi ontológica. O “Eu” europeu que por um século e meio (em 1492) tinha enunciado “*Eu* conquisto o novo mundo”, o Sul, argumenta agora seu fundamento ontológico como “Eu”. Essa “egoidade” (*Ichheit*, se diria um alemão) era inadvertidamente europeia: um “Eu” europeu pretende descobrir a si mesmo como universal, último, que se sabe a si mesmo e que pode reconstruir desde

ele mesmo *todo o mundo* (todos os outros mundos, inclusive os do Sul). Na segunda modernidade nascente, René Descartes, em Amsterdam (anos antes província espanhola), aluno de jesuítas (ordem religiosa espanhola) expressa o *Ego cogito*. Esse *Ego*, o *Eu europeu*<sup>7</sup> metropolitano é o fundamento filosófico-ontológico do que M. Heidegger denominará o “mundo” (*Welt*) em *Ser e Tempo* (1927).<sup>8</sup> No *Discurso do Método*, de 1637, está o manifesto da filosofia moderna europeia que passa como sendo a filosofia universal dos últimos quatro séculos.<sup>9</sup> O primeiro objetivo de um diálogo entre filósofos do Sul, das regiões pós-coloniais (que seguem sendo coloniais epistemológica e filosoficamente na grande maioria dos nossos claustros filosóficos acadêmicos das universidades do Sul), é exatamente superar esta visão eurocêntrica. Em grande parte somos *comentadores* dessa filosofia moderna europeia e não pensadores de nossa realidade negada e não-pensada por essa filosofia que tem a pretensão de universalidade.

O colonialismo filosófico é duplo: a) no centro, pela pretensão de universalidade de sua filosofia regional europeia e metropolitana desde o século XVI (a primeira modernidade nascente tem uma filosofia ético política pré-cartesiana que desapareceu das histórias da filosofia moderna); b) na periferia, no Sul, pela aceitação por evidência de que tal moderna filosofia europeia é a filosofia universal dos últimos séculos. Esta última supõe, por sua parte: a) ignorância da própria filosofia regional da periferia desde suas origens (anterior e junto à modernidade europeia); b) avaliação negativa do sentido da própria filosofia nos últimos cinco séculos; c) definição de filosofia como comentário da pretendida negação universal da própria existência da filosofia, argumentando a favor de sua impossibilidade ou mesmo de sua inutilidade

A filosofia colonial do Sul é, negativamente, aquela praticada na periferia pelos que eurocentricamente negam sua própria filosofia regional, local; e, positivamente, no centro, é a filosofia moderna que nega toda outra filosofia (do Sul) e a considera como pensamento mítico, folclórico, convencional, atrasado, particular, pseudo-filosófico, etc.

---

7 Repito: *inadvertidamente* “europeu” e, além disso, masculino, branco, adulto, metropolitano, etc.

8 Claro que Heidegger pretende mostrar que o “Eu” se funda no “mundo” que sempre já esteve aí pressuposto.

9 Ver meu artigo *Meditaciones anti-cartesianas* em [www.enriquedussel.com](http://www.enriquedussel.com).



## § 6. A libertação econômico-política do Sul

Os processos históricos concretos de libertação nacional ou regional ante o colonialismo europeu que começa com o Haiti contra a França, em 1804, com a América Latina ante a Espanha e Portugal a partir de 1810 e praticamente depois da Segunda Guerra Mundial, desde 1945, na África e Ásia, permitem a aproximação da filosofia da libertação do colonialismo que determinam um momento criativo a se ter em conta.

Será necessário considerar estes momentos políticos, econômicos e culturais de libertação como o fim de um processo também filosófico e o nascimento de uma filosofia que, junto com a práxis, justifica esta época emancipadora do colonialismo. Será necessário que se *preste* especial atenção à reconstrução histórica da filosofia do Sul (no singular ou no plural: também “as filosofias” do Sul). Não é possível pensar numa filosofia autônoma, criativa, livre, dentro do horizonte político, econômico e cultural opressivo de uma comunidade colonial subjugada, explorada, oprimida. É difícil uma autêntica filosofia no contexto dependente e colonial, como apontava Augusto Salazar Bondy, em 1969 no Peru neocolonial.<sup>10</sup>

A situação pós-colonial (mesmo que não esteja isenta de novos colonialismos econômicos e políticos neoliberais ou geopolíticos, epistemológicos, etc.) é a condição de possibilidade atual de uma libertação da filosofia colonial a fim de iniciar uma nova etapa criativa. Entendo que esta é a responsabilidade atual dos filósofos que pretendem pensar a realidade que os rodeia (como fizeram os filósofos modernos europeus com sua realidade, mesmo que fosse metropolitana e colonialista) e não somente *comentar* obras filosóficas das quais se deve aprender muito, porém sem esquecer de que são a expressão de um pensamento de *outra realidade*. Confundir a realidade europeia ou norte-americana com a própria realidade eu uma *falácia de desubiquidade* (falácia que toma o espaço ou o mundo de outra cultura como sendo o próprio, encobrendo a originalidade distinta da outra e a diferença com a própria).<sup>11</sup>

---

10 Autor de *¿Existe una filosofía en nuestra América?* [México: Siglo XXI, 1969].

11 Esta *falácia* encobre muitos erros: não perceber a realidade do outro como sendo diferente da própria e, em consequência, não saber que é impossível assumi-la como a vive o europeu ou o norte-americano por não ser parte originariamente existencial desse outro-mundo (que ficticiamente se vive como sendo próprio: ou seja, se

## § 7. A afirmação das culturas ancestrais do Sul

A filosofia não é uma produção teórica isolada. Ela é comprometida com seu mundo (a pretensão de sua autonomia absoluta é o que quer certa filosofia analítica anglo-saxã que supõe que toda a história, desde o Círculo de Viena até a filosofia da linguagem nas ilhas britânicas, situadas inevitavelmente num mundo cultural, numa história da filosofia e das universidades de certos países em certos momentos históricos bem delimitados, explicam seu aparecimento, desenvolvimento e crise atual). A Escola de Frankfurt, o existencialismo francês, a fenomenologia, etc., argumentaram a favor da impossibilidade de uma filosofia sem compromissos históricos (ou seja, sem estar ligada a momentos filosóficos, culturais, econômicos e políticos). Thomas Kuhn demonstrou que as revoluções científicas (e filosóficas, portanto) não dependem somente de acontecimentos intra-científicos, senão que supõem acontecimentos extra científicos que os determinam.

As filosofia eurocêntricas do Sul, nos países pós-coloniais, também pretendem praticar uma filosofia universal de tipo moderno europeu no horizonte cultural próprio do Sul, da América Latina, África e Ásia.<sup>12</sup> Isto lhes exige aceitar certas evidências aparentes como dogmas não discutidos pela moderna filosofia europeia tais como que a filosofia é de origem grega e que exigiu a passagem do *mito* ao *logos*. Estas formulações não são aceitáveis. Hoje se reconhece que houve filosofia muito antes, nos reinos mesopotâmicos e no Egito desde o quarto milênio a.C. Tales de Mileto, o primeiro filósofo grego reconhecido era de família fenícia.<sup>13</sup> Quanto ao *mito*, para Aristóteles a filosofia também era uma *mithopoiesis* e a própria filosofia grega (começando pelos pré-socráticos,

---

está alienado; é um colonizado com alma metropolitana; é um fantasma); desconhecer a identidade histórico-evolutiva da própria realidade ao não diferenciá-la da do outro; pensar por isso o alheio como próprio e, portanto, definir a filosofia como comentário e não como criação; eticamente ser responsável por ocultar, fazer desaparecer ou não perceber o que é próprio; etc.

12 Na realidade, deveria ser mais específico. O *Sul* do qual falamos, como já indicamos, é, ao menos: 1) América Latina (e seus povos originários); 2) o mundo islâmico (de Marrocos até Mindanao, nas Filipinas); 3) a África bantú sub-saariana e sua diáspora; 4) a Índia; 5) o Sudeste asiático (em parte hindu, como Birma, Nepal, etc. e em outra chinês, como Coreia, Vietnam, etc.); e 6) a China.

13 Ver minha obra *Politics of Liberation* [London: SCM, 2011, chap. 1, § 3].

Platão ou Plotino) estava completamente imersa num mundo mítico: que é a *psykhé* (alma) em Platão senão um mito hindu impossível de demonstração empírica (*mito* que chega até Kant)? O que são as *enéadas* de Plotino senão a metafísica cósmico-matemática egípcia?

A modernidade negou toda validade aos relatos filosóficos (que continham mitos) das culturas do Sul (também da China e da Índia milenares e mesmo da filosofia aristotélico-iraniana científica e empírica dos árabes), com o pretexto de que os mitos e os relatos religiosos (que são narrativas *racionais* feitas com base em símbolos, segundo Paul Ricoeur, um dos meus mestres na Sorbonne de Paris) são irracionais e anti-filosóficos (segundo a definição europeia moderna de filosofia).

Para poder reconstruir as filosofias do Sul é necessário, em movimento inverso ao pretense secularismo moderno europeu (que foi negação das culturas ancestrais do Sul), recuperar a validade e o sentido das tradições, mesmo míticas, submetendo-as a uma hermenêutica filosófica adequada. O método de interpretação (hermenêutica) é filosófico: o texto ou relato pode ser mítico, poético ou não filosófico, porém, o resultado da interpretação é hermeneuticamente uma obra filosófica.

Então, é necessário recuperar o material narrativo simbólico de nossa culturas ancestrais do Sul, sejam filosóficos ou não, míticos ou religiosos (mesmo os textos tidos por teofânicos ou revelados), para fazer com eles um *trabalho filosófico* reconstrutivo de nossas tradições. A *realidade* local do Sul vem frequentemente envolvida no mito (como igualmente acontece na filosofia moderna)<sup>14</sup> e deve ser considerada uma resposta humana, racional e simbólica, ponto de partida de uma história e filosofia da história do Sul.

## § 8. A filosofia do Sul como crítica à colonização

A *filosofia do Sul*, como uma *frente* ou um consenso filosófico de muitas filosofias do mundo pós-colonial, subdesenvolvido ou explorado

---

14 Ver Franz Hinkelammert, *Crítica de la razón* mítica [San José (Costa Rica): DEI, 2009]. O “mito do progresso”, por exemplo, funda toda a ciência moderna e não pode ser provado empiricamente: é um pressuposto transcendental (e perigosamente falso), como mostra Walter Benjamin.

até há pouco em alguns casos<sup>15</sup> e no caminho para alcançar maior autonomia em outros,<sup>16</sup> deverá, para sua constituição, considerar em primeiro lugar os temas acima indicados. Ou seja, sua situação epistemologicamente colonial por seus métodos, sua temática, o uso de fontes, o modo de falar, a realidade da qual parte, a comunidade a quem se dirige (seja ela filosófica do Sul, a comunidade intelectual ou popular do mundo pós-colonial e no caminho de libertação) são temas inevitáveis da filosofia própria do Sul.

Entendo que talvez haja certa prioridade para uma pergunta que analisamos em alguns diálogos entre intelectuais árabes e latino-americanos: quais foram as causas que influenciaram no quase “desaparecimento” ou na perda quase total da criatividade das filosofias do Sul desde o aparecimento da moderna filosofia europeia? Por exemplo, a desconexão do mundo islâmico (como indicamos, desde Marrocos até as Filipinas, passando por Túnis, o Egito, o Iraque, cujo centro era Bagdá, Afeganistão, o império mongol da Índia, os reinos comerciantes da Indochina e Malaca), em parte devida à presença portuguesa, mas também em razão da indiferença árabe em relação ao mercantilismo e ao uso da navegação oceânica (iniciada na Modernidade pela China que descobriu a América, a África e a Austrália desde o início do século XIV), que produziu uma falta de reação conjunta ante a expansão europeia. O próprio Império Otomano, vencido em Lepanto (devido, em parte, ao fluxo de prata latino-americana para a Espanha), em 1571, perdeu capacidade

---

15 Dizemos “faz pouco” porque desde o começo do século XXI, desde o fracasso da imposição da dominação militar sobre o globo terrestre pelos Estados Unidos (que tem sido vencido nas guerras do Iraque e do Afeganistão) e desde o momento em que a China (com 1,3 bilhão de habitantes e crescimento do PIB de aproximadamente 9% ao ano nos últimos anos), a Índia, a Rússia em crescente reorganização e o Brasil (guardada a distância de um país de 200 milhões de habitantes) emergem como novas potências, a geopolítica mundial passou da unipolaridade do Norte (Estados Unidos, Europa e Japão, hoje em crise) para as novas potências indicadas. A filosofia do Sul inclui essas novas potências do Sul (China e Rússia nunca foram coloniais, porém sim subdesenvolvidas e exploradas por longo tempo) que exigem o começo do desenho de uma nova nomenclatura (porque há novas potências: que não são as do Norte do século XX e o próprio Sul já não é o que era no mesmo século XX).

16 A situação da América do Sul (não digo “latina”) em especial e a “primavera árabe”, da “revolução jasmim”, nos fala de processos de profunda renovação política que igualmente exige uma nova produção filosófica.

de controle de seu território por crises econômicas (entre elas a desvalorização da prata no sistema islâmico pela chegada da prata barata da América Latina): o mundo árabe se empobreceu sem perder dinheiro (mas por sua desvalorização); deixou de ser o “centro” necessário para a conexão de todas as culturas da Ásia, da África e do Mediterrâneo e começou sua lenta colonização periférica. Mesmo que até 1800 o comércio tivesse como centro as relações entre a China e o Hindustão, em razão da crise de sua primeira revolução industrial, a China se fechará em si mesma e perderá a possibilidade de desenvolver as possibilidades de seus próprios inventos tecnológicos que vinha fazendo desde o século VIII até o final do século XVIII<sup>17</sup> e do qual se nutrirão o Renascimento italiano e a própria revolução industrial inglesa.

Respondida esta pergunta, que estou longe de ter tentado (só propus algumas suspeitas), deve-se desenvolver uma crítica filosófica a essa atitude destrutiva do colonialismo filosófico da moderna filosofia europeia. Sem a crítica à colonização de cada uma das filosofias nacionais e dos continentes culturais do Sul será impossível a etapa exigida no presente: começar um momento de criatividade e de simetria filosófica. Chamo de “simetria” filosófica a atitude psicológica de constituição de uma personalidade normal que considera os colegas professores universitários europeus ou norte-americanos como “iguais”. Deve-se perder um falso respeito por um saber com pretensão de universalidade que é negado ao filósofo do Sul, mesmo que este tenha ferramentas históricas, culturais e filosóficas da mesma qualidade daquelas dos colegas do centro e que, ao menos, pode descobrir neles signos de seu inadvertido eurocentrismo. A acusação fundada de eurocentrismo (como ignorância do Sul e ignorância de seu próprio eurocentrismo) coloca o colega do centro e sua superioridade ante o filósofo do Sul em incômoda e não habitual situação (e por isso faz cambalear a segurança da centralidade e universalidade de seu saber filosófico). Quando inadvertidamente cai na armadilha de um juízo eurocêntrico (por exemplo, em razão de seu desconhecimento da história da filosofia do pensador do Sul), o filósofo do Sul pode exclamar: “Você demonstra exercer uma filosofia eurocêntrica que julga o que desconhece!”. O professor e acadêmico do centro perde a serenidade, se zanga, ou pior (porque se lhe dão novos argumentos neste

---

17 Sobre a ciência e a tecnologia na China ver a obra de J. Needham, *Science and Civilisation in China* [Cambridge: CUP, 1954-1985, vol. 1-4].

sentido), ou reflete e aceita e, então, somente então, começa um lento diálogo entre a filosofia do Sul e a do Norte, um diálogo tão necessário e atualmente quase inexistente num clima ético de simetria, respeito e abertura à verdade.

## § 9. Desenvolvimento de uma filosofia do Sul

Uma filosofia do Sul deve começar por estudar, debater e publicar *histórias da filosofia* de seus respectivos países e de todo o continente cultural. Nota-se que atualmente se começa a dar a conhecer as primeiras histórias da filosofia nacionais do Sul.<sup>18</sup>

Ao mesmo tempo deve-se publicar (inclusive eletronicamente) as obras clássicas da filosofia do Sul, a começar por aquelas do final do século XV, ao menos, sendo melhor ainda se forem incluídas todas as obras clássicas desde a própria origem das histórias regionais.

Essas publicações devem ser o fruto de um debate sobre os períodos da história filosófica correspondente, de seu sentido e conteúdos, dos filósofos e as obras a serem tomados em conta. Essa reconstrução crítica pode, evidentemente, ter diferentes interpretações que já sejam filosóficas, mas que não sejam meramente imitativas das filosofias estrangeiras, e que tratem da temática que vai sendo descoberta no processo histórico dos próprios povos que os filósofos mais importantes acompanharam e as vezes influenciaram, com maior ou menor medida. Sem dúvida, Confúcio e Lao-Tzé foram fatores constitutivos da cultura chinesa, Buda e Shankara no Hindustão, Alfarabi e Avicena no mundo árabe-iraniano e Bartolomé de Las Casas na América Latina do século XVI.

Todavia, junto com o processo de disponibilizar a própria tradição filosófica valiosa para estudiosos, alunos, professores e intelectuais em geral, é necessário desenvolver um discurso criador propriamente filo-

---

18 No último congresso Mundial de Filosofia da FISP em Seul foi apresentada a primeira história da filosofia da Coreia. Na América Latina publicamos a primeira visão de conjunto da filosofia latino-americana (DUSSEL, E.; MENDIETA, E.; BOHÓRQUEZ, C. *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000)* [México: Siglo XXI]. A América Latina não é objeto nem em uma linha na brilhante obra de Randall Collins, *The Sociology of Philosophy* [Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2000], mesmo que faça uma boa descrição das filosofias da China, da Índia, do mundo islâmico e da África bantú.

sófico que não seja meramente comentário nem de tradição ancestral europeia, senão que, partindo da realidade e da história do tratamento do tema na própria filosofia regional ou local do Sul, alimentada criticamente com instrumentos próprios e em diálogo com o melhor da moderna filosofia europeia (que o filósofo do Sul deve saber escolher para seu projeto de pensar próprio e distinto), produza pensamento claro, fundamentado e compreensível para os responsáveis pela realidade concreta, política, econômica, cultural, estética, tecnológica, científica, etc. dos países do Sul. Uma filosofia própria, expressão do Sul e útil para a sua comunidade.

Para isso terá que evitar o fundamentalismo que leva a excluir as contribuições de outras correntes filosóficas (incluindo as da modernidade europeia) e a mera atividade de comentarista da filosofia europeia. A primeira deprecia o diálogo e não usufrui da Modernidade europeia; a segunda se acredita moderna, porém não serve aos interesses de sua própria comunidade do Sul (sendo ao mesmo tempo desprezada pela comunidade filosófica do centro europeu, por não ter originalidade ou, no melhor dos casos, por estar “atualizada” em relação às últimas produções europeias, comentadas sempre com atraso e sem qualquer importância real nem no Sul (por ser estranha) e nem no centro (por não serem criativas e nem estarem na vanguarda do pensamento)).

Pelo contrário, quem, dominando sua própria tradição regional do Sul (desconhecida ou não tão conhecida como o nativo) e usando metodologicamente as últimas descobertas da filosofia europeia ou norte-americana no esclarecimento da atualidade da realidade regional ou local do Sul, contribuirá com novas reflexões filosóficas, descobrirá temas desconhecidos e pertinentes e poderá ser “ponta de lança” num pensamento filosófico bem formulado e inovador. Pensar a realidade ética, política, antropológica, ontológica, epistemológica filosoficamente, na China (com sua hiper-revolução industrial), na Índia (com o desenvolvimento do mundo eletrônico), na América Latina (com as experiências políticas da Bolívia, Venezuela e Brasil), do mundo islâmico (com sua “revolução do jasmim”), são temas pertinentes que logo os filósofos do Sul deveriam esclarecer de maneira privilegiada por serem os atores desses processos.

A precisão, seriedade, fundamentação argumentativa, pertinência a respeito da própria realidade, beleza na exposição, pedagogia na explicação, convencimento na opção, etc. devem ser notas próprias da filosofia

do Sul no presente. Neste caso, a comunidade dos filósofos do centro “aprenderá” novos temas, com novos métodos, com novos interlocutores. A filosofia do Sul recuperará a criatividade aniquilada no final do século XV, no começo da colonização do saber e que obscureceu as filosofias do Sul.

## § 10. O prognóstico: uma época trans-moderna pluriversal<sup>19</sup>

O *descentramento* que está se produzindo ante nossos olhos (com a passagem para países com autonomia política, econômica e militar, o BRIC,<sup>20</sup> entre outros, que é simultânea à crise econômica da Europa e Japão e o limite do militarismo norte-americano) nos permitem propor algumas perguntas: a) O que é a modernidade?; b) Houve, há ou haverá uma ou várias modernidades?; c) No futuro que já se anuncia, dar-se-á uma *nova Época*, uma cultura distinta e por isso para além da modernidade, ou seja, uma *trans-modernidade*?;<sup>21</sup> d) E se vier a ocorrer essa *nova Época do mundo*, ela se organizaria sob a forma de uma *universalidade unívoca*, de uma única cultural para toda a humanidade (com uma língua, uma tradição, tendo desaparecido as culturas vencidas em consequência de ter sido negada a diversidade das outras culturas existentes por milênios) ou emergirá um *pluriverso analógico* cultural que por séculos continuará um fecundo diálogo intercultural entre culturas distintas em permanente e mútua fecundação criativa?

Responderemos brevemente ao modo de teses breves que poderão subsidiar futuras discussões.

---

19 Tanto o término “trans-moderno” como o de “pluriversal” são explicados neste § 10 em continuidade.

20 Brasil, Índia, Rússia e China.

21 No meu trabalho “Trans-modernity and Interculturality” (In: *Poligrafi* [Ljubljana, Slovenia, n. 41-42, 2006, p. 5-60] – veja-se também a edição eletrônica entre os meus artigos em [www.enriquedussel.com](http://www.enriquedussel.com)) explico a diferença desta posição em relação à posição dos “pós-modernos”. “Post” indica a última etapa crítica da modernidade europeia (ainda uma hipótese eurocêntrica, somente do Norte: é o particular com pretensão infundada de universalidade). O Sul não é e nem será pós-moderno. “Trans” se refere ao que está para além da modernidade, a outra Época do mundo (que já não é eurocêntrica, surge desde o Sul e inclui o Norte: é o planetário).



Em primeiro lugar, a modernidade não é a *Ilustração*, nem a definição de Kant (“Saída do homem de sua menoridade, pela qual ele próprio é responsável”<sup>22</sup>) é suficiente. A modernidade é uma Época da história inaugurada pela Europa graças ao descobrimento e o domínio do Oceano Atlântico (novo centro geopolítico) que lhe permitiu expandir-se pelo mar e constituir impérios comerciais, militares e culturais que tiveram a Europa com centro. O “*eu europeu*” constituiu as outras culturas como suas colônias sob sua vontade de domínio e à natureza como explorável e mediação para a obtenção de maior quantidade de valor de troca. É uma Época de enormes avanços tecnológicos exigidos pela competição entre capitais, de descobrimentos científicos e de organização política de Estados com democracia representativa. Isto foi imposto às outras culturas até o limite que hoje presenciamos, crise civilizatória onde os efeitos negativos de tais imensos desenvolvimentos mostram seu rosto negativo: a possibilidade da extinção da vida na Terra.

Em segundo lugar, em seu sentido pleno, mesmo que tenha havido antecedentes históricos (a separação da ciência e da fé religiosa na filosofia de Córdoba, com Averroes, grandes descobrimentos tecnológicos agrícolas e industriais na China, invenção da matemática moderna e a astronomia heliocêntrica em Bagdá, etc.), a modernidade é europeia, é única, sendo atualmente em parte imitada no processo de globalização em outras regiões do mundo. Não existem muitas modernidades, mesmo que haja implantação diferenciada da mesma modernidade conforme as culturas. Se o calvinismo influenciou o desenvolvimento original do capitalismo (como mostrou Max Weber), atualmente é o neo-confucionismo o que inspira o capitalismo *sui generis* do Sudeste asiático e da China. É a mesma modernidade, imitada e expandida em certos aspectos.

Em terceiro lugar, pensamos que estamos na ante-sala de uma *nova* Época da história em razão do esgotamento das premissas da modernidade. Não se trata de uma situação pós-moderna (somente válida para a Europa), senão de um momento de mudança radical do próprio fundamento cultural do *ethos* moderno. Propomos sob a denominação de *trans-modernidade* (na ausência de outra palavra) o horizonte que se abre ante nossos olhos. Não se trata de uma nova etapa

---

22 Immanuel Kant, *Was ist Aufklaerung?* [In: *Werke*. Darmstad: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968, v. 9, p. 51-61].

da modernidade, mas de uma *nova* Época do mundo, para além dos pressupostos da modernidade, do capitalismo, do eurocentrismo e do colonialismo. Uma *nova* Época na qual as exigências da existência da vida na Terra terão exigido mudar a atitude ontológica ante a existência da natureza, do trabalho, da propriedade, das outras culturas.

Em quarto lugar, na trans-modernidade a humanidade não será fechada na *universalidade unívoca* de uma só cultura, a que se imporá a todas as demais, extinguindo-as, uma universalidade fruto de um processo de identidade excludente. Ela será um *pluriverso* no qual cada cultura dialogará com as outras com base na “semelhança” comum, recriando continuamente sua própria “distinção” analógica, transformando-se num espaço dialógico, mutuamente criativo. Será uma Época em que, graças a novas relações econômicas, ter-se-á superado o capitalismo porque as exigências ecológicas e da vida da maioria da população da Terra, que terá abraçado uma democracia participativa que vai além do liberalismo, já não permitirão um sistema baseado na exploração dos mais vulneráveis através do aumento da taxa de lucro e na desigualdade entre os cidadãos do mundo. Trata-se de um prognóstico razoável, empiricamente argumentável, que traça um horizonte que ao menos pretenderá a superação das dominações substanciais detectadas no presente, até porque é impossível imaginar hoje a superação das dominações que aparecerão no futuro e que certamente serão devidas à condição humana.

## Abertura

**Agenda para um Diálogo Inter-filosófico Sul-Sul**  
*Enrique Dussel*

## Artigos

**Franz Rosenzweig:**  
**novo pensamento, nova filosofia**  
*Oneide Perius*

**Notas sobre o documento final da "Rio+20"**  
**e a educação ambiental em perspectiva ecomunitarista**  
*Sirio Lopez Velasco*

**Concepção hegeliana de história da filosofia**  
*João Alberto Wohlfart*

**A vontade geral proposta por Rousseau e a crítica**  
**hegeliana a esta ideia**  
*Luciana Coletti*

**Aspectos fundamentais da obra *A condição humana***  
**de Hannah Arent**  
*Marciano Guerra*

**Experiência e historicidade como base da compreensão da**  
**hermenêutica filosófica em *Verdade e Método***  
*Lionara Fusari*

## Arena de debates

**A concepção ocidental de corporeidade:**  
**uma abordagem crítica das relações de gênero**  
**e étnico-raciais da cultura brasileira**  
*Ana Lucia Kapczynski*

**O conhecimento científico na modernidade:**  
**configuração, perigos e indicativos de um**  
**conhecimento que precisa se conhecer**  
*Elias Fochesatto*